

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL NO BAIRRO DO SANTO ANTÔNIO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Núbia ALMEIDA; Calos Alex de Cantuária CYPRIANO

Cento Federal de Educação Tecnológica da Bahia CEFET-BA, Rua Emídio dos Santos s/n, Barbalho, cep. 40.300-101, Salvador-Bahia, 2102-9400, nubia_s_a@yahoo.com.br, alexc@cefetba.br

RESUMO

Este artigo é um dos produtos gerados pela pesquisa “Estratégias e Metodologias em Gestão da Hospitalidade” desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudos em Trabalho e Tecnologias de Gestão (TTG) do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA). O estudo aborda a dinâmica de funcionamento dos arranjos produtivos locais (APLs) como pano de fundo para a análise das iniciativas do bairro do Santo Antônio Além do Carmo – Salvador, a fim de verificar se existem elementos que possam caracterizar tal iniciativa como um APL Turístico ou se existem potencialidades a serem desenvolvidas no local. A análise aqui proposta sedimenta-se em um estudo realizado junto aos diversos atores ali instalados (moradores, comerciantes, associação do bairro e instituições de apoio) que, de alguma forma, estão ligados à atividade de hospedagem doméstica. Identificou-se o nível de cooperação, integração e interdependência de todos os envolvidos na atividade turística. O contexto do bairro e seus atrativos turísticos são apresentados, para um melhor entendimento da dinâmica de funcionamento dessa prática e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: arranjo produtivo local, hospedagem doméstica, turismo local.

1. INTRODUÇÃO

Amplia-se cada vez mais no cenário brasileiro e mundial a discussão sobre um novo tipo de economia, fundamentada na autogestão e participação popular. É nesse cenário que emergem novas formas de produção em que a associação/cooperação passa a compreender uma alternativa aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. As aglomerações produtivas do tipo arranjo produtivo local (APL), desde aqueles mais rudimentares àqueles mais complexos e articulados, constituem-se em importantes fontes geradores de desenvolvimento local, na medida em que aproveitam a sinergia coletiva, num vínculo expressivo de produção, integração, cooperação e aprendizagem.

No Brasil, muitos arranjos produtivos já estão consolidados e outros estão sendo estruturados por meio de políticas públicas, na medida em que se aproveita as potencialidades do local como fator de incremento. Os ganhos obtidos na articulação dos produtores em rede são visíveis, além de favorecer a competitividade, pode-se destacar um significativo aumento da qualidade de vida da comunidade.

No Plano Nacional do Turismo - PNT, instrumento orientador do planejamento de ações necessárias ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil, encontra-se o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, no qual contempla fundamentos como integração, sinergia e interdependência. Tais fundamentos vão de encontro à característica do APL, no qual integra à noção de territorialidade, identidade cultural, articulação/cooperação e especialização produtiva. (MINISTÉRIO, 2003)

Neste artigo, são abordados os resultados finais da pesquisa “Arranjo Produtivo Local: Possibilidade de Desafios”. Para tanto, inicialmente, é feita uma breve revisão de literatura sobre a temática dos arranjos produtivos locais. Após as considerações de ordem metodológica, na terceira parte do trabalho, será traçado um perfil da comunidade estudada. Por fim, apresentam-se os resultados finais da pesquisa - um relato da investigação proposta.

O conhecimento adquirido no presente estudo visa contribuir com a compreensão do conceito de hospitalidade local, no qual vem sendo desenvolvida pelo projeto “Turismo de Habitação no bairro do Santo Antônio - Salvador” desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Trabalho e Tecnologias de Gestão (TTG).

O estudo foi desenvolvido com o intuito de identificar a presença/ausência de características ou potencialidades a serem desenvolvidas na configuração de um APL no bairro do Santo Antônio. Entender a dinâmica de funcionamento da atividade de hospedagem doméstica praticada por alguns moradores do bairro, a possível articulação entre os diversos agentes (moradores, associação, comerciantes, entidades de apoio, universidade) pressupõe a compreensão das potencialidades, oportunidades, vantagens competitivas, a infra-estrutura existente, a cultura local e as atratividades do bairro. Observando-se esta afirmativa, realizou-se uma revisão de literatura acerca da configuração e composição do APL, identificando-se as suas características traçadas por diversos autores. Este levantamento bibliográfico será apresentado, de forma sintética, a seguir.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 - Considerações sobre Arranjos Produtivos Locais

Crescente importância tem sido atribuída à consolidação de arranjos produtivos locais (APLs) como fator de desenvolvimento, respaldado nos conceitos do local e da sustentabilidade. Nessa perspectiva, o localismo emerge como fator de destaque na composição de um APL, já que tal articulação encontra-se, geralmente associado à trajetória histórica do lugar.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992 – Rio 92, delineou a idéia inovadora do desenvolvimento local integrado e sustentável, na medida em que defendeu a mudança nos padrões de desenvolvimento, cuja lógica passa a ser focada no cooperativismo, gestão colegiada e estímulo à participação.

No Brasil, o termo APL é encontrado também em publicações oficiais, já que foi adotado como estratégia da política de desenvolvimento na gestão federal, desde 2003. Os APLs configuram-se em mecanismos de melhoria da competitividade de diversas organizações no que tange ao processo de autogestão e desenvolvimento local sustentável. As experiências organizadas de tal forma partem do princípio da cooperação, integração e a confiança entre os atores.

O conceito de APL vem sendo sistematizado por um grupo de pesquisadores da REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, ligada à UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diversos autores (AMARAL FILHO, 2002; BRITO, 2001; LASTRES, 2004) compartilham o entendimento do conceito proposto pela REDESIST, que assim o define:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p.22).

O entendimento da REDESIST é de que os APLs são sistemas fragmentados e que não apresentam significativas articulação entre os agentes locais e que, assim, não podem se caracterizar como sistema. Já os Sistemas Produtivos Locais (SPLs) compreendem uma forma superior de organização, mais sistêmica, sustentável e com maior nível de interdependência entre os agentes. Portanto, os arranjos envolvem um conceito que apresenta relações e níveis de aprendizado, cooperação e inovação menos intensos do que o conceito de sistemas produtivos locais. No entanto, os APLs apresentam elementos que, após sua consolidação e ampliação, passam a configurar-se num sistema produtivo local.

Krutman, (2004, p. 73), destaca o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) como uma:

Metodologia que visa promover o desenvolvimento de unidades sócio-territoriais delimitadas a partir do reforço à sua sustentabilidade, tornando-as capazes de tirar proveito de suas vantagens e especificidades locais para: suprir as suas necessidades, descobrir ou despertar suas vocações e potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo. É um processo de promoção do desenvolvimento por meio de parcerias entre Estado, mercado e sociedade civil, no qual ocorrem ações multisetoriais integradas, numa dada localidade, segundo uma metodologia que prevê, no mínimo: capacitação para a gestão; diagnóstico e planejamento participativos; articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade; monitoramento e avaliação; fomento ao empreendedorismo e criação de uma nova institucionalidade participativa.

No Brasil, o SEBRAE mapeou 230 APL's, dos quais produzem bens de consumo básico para o mercado interno. No contexto do turismo, foram identificadas 12 iniciativas, em diferentes fases de desenvolvimento. O SEBRAE vem atuando no desenvolvimento de arranjos produtivos locais com o objetivo de apoiar a promoção de territórios que já apresentem elementos de aglomeração com a mesma especialização produtiva. Tais arranjos são entendidos como:

aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, integração, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2002, p.12)

Alguns autores acreditam que os APLs se originam de forma natural, isto é, não são pré-fabricados nem podem ser criados. No entanto defendem a idéia de que o setor público e as instituições coletivas desempenham um papel importante na sua identificação e no apoio para o seu fortalecimento.

A literatura tem mostrado também a dificuldade no tratamento e classificação desses formatos organizacionais, os quais têm sido discutidos nos últimos anos, já que se tem verificado a existência de trajetórias distintas para os diversos tipos de arranjos, cuja denominação passa por clusters e distritos industriais. Não é objetivo do presente trabalho fazer uma revisão e discutir os diversos tipos de arranjos produtivos. No entanto, a referência a alguma tipologia se faz necessário e, portanto, a classificação de Mytelka e Farinelli (2000) merece destaque, já que é uma abordagem amplamente citada na literatura pesquisada.

	Clusters Informais	Clusters Organizados	Clusters Inovativos
Existência de Liderança	Baixo	Baixo a Médio	Alto
Tamanho das Firms	Micro e Pequena	PME's	PME's e Grandes
Capacidade Inovativa	Pequena	Alguma	Contínua
Confiança Interna	Pequena	Alta	Alta
Nível de Tecnologia	Pequena	Média	Média
Linkages	Algum	Algum	Difundido
Cooperação	Pequena	Alguma a Alta	Alta
Competição	Alta	Alta e	Média a Alta
Novos Produtos	Pouco; Nenhum	Alguns	Continuamente
Exportação	Pouca; Nenhuma	Média a Alta	Alta

Fonte: adaptada de Mytelka & Farinelli (2000:4) a partir de UNCTAD (1998:7)

Conforme pontua Mytelka e Farinelli (2000, p. 12), os clusters informais e os organizados são a forma predominante nos países periféricos, já os inovativos são formas mais encontradas nos países desenvolvidos. Sendo os clusters informais o ponto de maior interesse neste trabalho, vale alguns comentários:

Os aglomerados informais geralmente reúnem micro e pequenas empresas cujo nível tecnológico é relativamente baixo, os trabalhadores geralmente possuem baixa qualificação e pouco ou nenhum aprendizado contínuo é oferecido de forma a promover a melhoria sustentada dos habitantes.

2.2 - Arranjos Produtivos Locais no Turismo

O presente estudo tem como recorte os chamados APL Turísticos, cujo objetivo é compreender a dinâmica de funcionamento e, posteriormente, verificar se as iniciativas do bairro do Santo Antônio podem ser caracterizadas como um APL Turístico, ou se existem potencialidades locais a serem induzidas. Sobre o APL Turístico, Merigue (2005, p.16) conceitua-o como:

Aglomerações de destinações turísticas, empreendimentos e empresas, direta e indiretamente ligadas ao setor de turismo, de um determinado local ou região que, com foco no desenvolvimento da atividade turística em conjunto e com significativo grau de interligação e interdependência passa a reunir características específicas.

As características apontadas por Merigue (2005, p.16) para um APL Turístico são:

Sinergia	por meio da gestão compartilhada
A dimensão territorial	espaço físico e político de suporte e articulação dos integrantes, em que ocorrem processos produtivos, inovativos e cooperativos
Os agentes	econômicos e as instituições políticas, sociais e científico-tecnológicas importantes pela diversidade e complementaridade mantida por processos de divisão de trabalho do arranjo;

O conhecimento tácito	que está incorporado nos agentes, organizações do sistema territorial apresentando forte especificidade local, originando-se da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais;
O aprendizado interativo	meio gerador e difusor mais eficiente de conhecimento e da ampliação da potencialidade produtiva e de inovação tecnológicas dos agentes econômicos e outras instituições;
A governança	vista como uma regra compartilhada dentro do APL, na medida em que envolve diferentes formas de coordenação entre os agentes e as atividades, tanto na produção e distribuição de bens e serviços, como no processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovação;
O grau de enraizamento	medido pelo nível de envolvimento e articulação dos diversos agentes e instituições do APL. Os elementos que determinam esse grau de envolvimento e articulação são o nível de agregação de valor, a origem e o controle das organizações e o destino da produção (local, nacional e estrangeiro)

Fonte: Extraído de (Merigue, 2005, p.16)

O turismo tem a especificidade de congregar características sistêmicas, na medida em que é uma atividade econômica que se vale dos recursos naturais, culturais e sociais para existir. As destinações turísticas que se formam em um APL Turístico, têm na proximidade física, nos produtos turísticos e infra-estrutura comuns e na relação entre seus agentes locais, fatores de legitimação da aglomeração. Um outro ponto interessante dessa abordagem refere-se ao fato de que o setor turístico é composto, em grande parte, por negócios de pequeno porte que necessitam se organizar e se articular a fim de poderem competir no mercado.

2.3 - Contextualização do bairro do Santo Antônio

Ao longo dos últimos anos, o bairro do Santo Antônio vem sofrendo significativas transformações oriundas do incremento da atividade turística, passando a experimentar mudanças na sua organização sócio-espacial.

Observa-se no bairro empreendimentos hoteleiros – pousadas – cuja atividade é realizada por estrangeiros que vem adquirindo os imóveis da população local e praticando a atividade de hospedagem extra-hoteleira. Por outro lado, o crescimento da demanda espontânea por uma outra modalidade de hospedagem, fundamentada na integração à cultural local, vem se firmando e impulsionando a prática da hospedagem doméstica. O turismo de habitação é amplamente praticado pelos moradores do bairro como fonte complementar de renda. Vários moradores tradicionais do bairro alugam leitos e/ou quartos de suas próprias residências para turistas que buscam vivenciar o ambiente cultural local de forma autêntica. No entanto, a oferta da hospitalidade doméstica vem sendo feita de forma casual, isolada e, muitas vezes, precária. Tal problemática, como o apoio da AMABASA (Associação de Moradores do bairro do Santo Antônio), vem sendo trabalhada pelo Projeto “Turismo de Habitação no bairro do Santo Antônio”, cujo objetivo compreende a qualificação da produção popular turística local, começando pela hospedagem doméstica já praticada, e a organização de uma rede associativa de produção popular.

O diferencial turístico do lugar está nos atrativos culturais oferecidos, no qual se encontram impresso em seus casórios, na gastronomia, nos eventos musicais, nas igrejas, museus, monumentos e na própria história da sociedade que ali habita. O Turismo Cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MINISTÉRIO, 2006a).

O bairro do Santo Antônio apresenta um crescimento acelerado no turismo; entretanto, a falta de organização e capacitação para a qualificação da produção mantém a comunidade marginalizada do processo de consolidação de destino turístico.

3 - METODOLOGIA

Com o intuito de detectar a existência de elementos suficientes que possam caracterizar a iniciativa do bairro do Santo Antônio como um APL Turístico e constatar se estes, possuem potências a serem trabalhados, desenvolveu-se um estudo de caso com os diversos atores envolvidos na atividade turística. Inicialmente buscou-se levantar o número de famílias que praticavam a atividade de hospedagem doméstica. Posteriormente foi feito um levantamento de todos os outros atores locais que estão envolvidos com a referida atividade e, finalmente foi verificado se existe algum tipo de cooperação/integração entre estes atores. Para conduzir o estudo, foi adotada uma pesquisa do tipo exploratória qualitativa descritiva, a partir de visitas à comunidade e entrevistas, adotando-se como ferramenta um questionário, para avaliar a atividade de hospedagem doméstica praticada no bairro, e dois roteiros de entrevista (um direcionado aos moradores que praticam a atividade doméstica, e outro voltado para os demais atores locais – comerciantes, instituição de pesquisa e extensão, líder da associação do bairro). Definiu-se como amostra o número de cinco famílias, dentro de um universo de vinte, envolvidas na atividade, além de representantes da associação do bairro - AMABASA. Os moradores selecionados para compor o objeto de pesquisa foram escolhidos levando-se em conta o seu envolvimento com a atividade da hospedagem doméstica e o tempo que pratica tal atividade.

4 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 - Diagnóstico

Na primeira parte da pesquisa de campo, detectou-se os diversos tipos de atores locais e sua relação com a atividade de hospitalidade doméstica. Num segundo momento foi avaliado o nível de articulação/cooperação entre os atores locais. Foram levantadas características suficientes que permitem inferir a inexistência de um arranjo produtivo local, mesmo que nos moldes de subsistência. Verificou-se que existem características em potencial, no entanto, não são suficientes para configurar a atividade do bairro como um APL Turístico.

4.2 - Condições Desfavoráveis

No bairro existe grande concentração de produtores de hospitalidade doméstica, entretanto, não existe nenhum tipo de articulação/cooperação entre os moradores/produtores e entre estes, com os demais atores locais. O grau de confiança entre eles é baixo demais para permitir uma interação a nível de cooperação.

A associação do bairro AMABASA (Associação de Moradores do Bairro do Santo Antônio) destaca o fato de que a prática da hospitalidade doméstica funciona como uma complementação da renda de alguns moradores nos períodos de grande fluxo turístico, no entanto, não se configura, efetivamente numa atividade contínua e organização. Vale destacar que nem todos os moradores sentem-se a vontade para alugarem cômodos/quartos para turistas, mesmo compreendendo que representa uma oportunidade de mercado, advindo do aumento da demanda por uma hospitalidade vincula à cultura local. O nível de participação da comunidade nas decisões coletivas junto à AMABASA é fraco, conforme pontua o atual presidente. Quando questionados sobre a opinião em relação à cooperação entre as famílias, muitos moradores desconheciam algum tipo de cooperação e, além disso, destacavam o fato de não acreditarem numa articulação local como forma de incremento da atividade turística, pelo fato de não perceberem uma vantagem competitiva oriunda da cooperação/integração. A atuação no desempenho das atividades comerciais do bairro, praticada por proprietários de restaurantes, pousadas, hotéis, agências de viagens e até mesmo pelos moradores hospitaleiros ocorre de forma isolada, com significativo grau de competição, ou seja, uma relação que pressupõe rivalidade e individualismo.

4.3 - Condições Favoráveis

Por outro lado, existem elementos locais que apresentam potencialidades para serem trabalhados a fim de evoluir a um nível tal que possa configurar-se num APL Turístico informal. O bairro apresenta uma localização privilegiada, específica, que propicia uma vista privilegiada da Baía de Todos os Santos e, suas feições de um bairro de moradia, são alguns dos aspectos que permitem inferir a respeito dessa concentração

de meios de hospedagem no local e da movimentação turística crescente que lá se verifica. Sua proximidade com o Centro Histórico de Salvador, efetiva-o como uma importante destinação turística.

No tocante à cultura local, o bairro apresenta diversas festas populares durante o ano todo, como a Trezena de Santo Antônio e as festas juninas que ocorrem na praça. Além disso, a cultural também se apresenta impressa nos casórios, nas pousadas, nas igrejas e na própria estrutura urbana do local.

O bairro encontra-se próximo ao CEFET-BA, uma instituição de pesquisa e de tecnologia, no qual se situa no entorno do Santo Antônio – não mais que oitocentos metros, o que facilita sobremaneira o acesso e a interação com a comunidade. O CEFET-BA apóia o projeto “Turismo de Habitação no Bairro do Santo Antônio”, no qual pretende contribuir significativamente para a inclusão social e produtiva dos moradores ali instalados, a partir da conjugação e articulação de políticas públicas voltadas para a regionalização do turismo nacional; a inclusão social e, mais especificamente, a promoção do turismo contra a pobreza; a promoção da cultura popular; a restauração e conservação do patrimônio histórico e; o desenvolvimento de tecnologias sociais assistivas.

Vale ressaltar que as potencialidades econômicas do turismo, relacionadas ao emprego e renda, tem sido fonte de atração para a maior parte dos governantes do mundo, que consideram essa atividade um instrumento estratégico de relativa importância na superação de problemas sociais (Merigue, 2005). No Brasil, a preocupação com essa questão ensejou na criação em 2003 do Plano Nacional do Turismo (PNT) pelo Ministério do Turismo, com o objetivo de desenvolver o setor a fim de propiciar a geração de emprego e renda.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar as iniciativas do bairro, a atuação dos diversos atores locais e sua interação, inferi-se que os elementos existente são insuficientes para se caracterizar um APL Turístico. A formatação da atividade de hospitalidade doméstica ainda não propicia uma aglomeração respaldada na cooperação. A produção ocorre de forma esporádica e sazonal, sem nenhum tipo de organização, apesar de existirem elementos em potencialidade de ampliação. Não existe uma liderança local que fomente a integração entre os moradores. A atividade turística por apresentar características sistêmicas requer atores locais em constante interação, carecendo dessa forma, de políticas de integração local, sob a ótica da organização dos produtores locais e sua qualificação, a fim de aproveitar as significativas potencialidades do bairro.

Além da renda extra, a formatação de um APL Turístico vem estimular e motivar a integração da comunidade, a recuperação de tradições e a conscientização de sua força política. Um fato a ser levado em consideração para se fomentar a atividade no bairro reside no fato de que, diferentemente do que acontece em grandes empreendimentos hoteleiros, o dinheiro gasto pelos turistas em sua hospedagem vai direta e integralmente para as mãos da comunidade, movimentando a economia local. O desafio situa-se na capacidade de congregar políticas públicas voltadas à ampliação e consolidação do bairro como um efetivo destino turístico, considerando que existe uma demanda crescente por uma hospitalidade integrada à comunidade local, além de observar aspectos de interesse comum, como a geração de emprego e renda, a preservação da cultural local e o bem-estar da comunidade. É nessa perspectiva que emerge o conceito de sustentabilidade como fator de desenvolvimento e ganhos coletivos.

É interessante destacar que esta pesquisa é incipiente, e foi desenvolvida em relativamente curto período de tempo. Seria interessante um maior aprofundamento no tema, a fim de levantar informações relevantes que respaldem futuros projetos com o objetivo de estruturar um APL Turístico no bairro, considerando que existem elementos significativos a serem trabalhados. Assim, poderia ser obtido um rico panorama com informações que norteiam a hospitalidade doméstica e suas diversas nuances. Sugere-se um estudo prático, através de pesquisa de campo, a fim de verificar como os diferentes tipos de turistas percebem os diferentes produtos que compõe o “produto Santo Antônio” e suas expectativas com relação a essa modalidade de hospedagem extra-hoteleira.

6 – REFERÊNCIAS

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª ed. Atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BRITO, J. **Cooperação Tecnológica e Aprendizado Coletivo em Redes de Firms: Sistematização de conceitos e Evidências Empíricas**. XIX Encontro Nacional de Economia do ANPEC, Salvador, 11-14 Dezembro, 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.) Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. São Paulo: Relume Dumará, jul. 2003. Cap.1, pág. 21-34.

KRUTMAN, H.M. **Fatores Críticos no Êxito da Gestão de Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção), UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. 149 f. Disponível em: < www.coeprasil.org.br/trabalhosapresentados.asp >. Acesso em: 26 de maio 2007).

MYTELKA, L. E FARINELLI, F., **“Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness”**, Rio de Janeiro, Instituto de Economia/UFRJ. IN: Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, 2000.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Bahia Análises & Dados**, Salvador, SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003-2007**. Brasília 2003. Disponível em: www.embratur.gov.br>. Acesso em: 25 de maio 2007.

_____. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Brasília: 2006a. Disponível em: < www.embratur.gov.br >. Acesso em: 25 de maio 2007).

_____. **Sustentabilidade Sociocultural: princípio fundamental**. Brasília: 2006b. Disponível em: < www.embratur.gov.br >. Acesso em: 25 de maio 2007).

_____. **Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: < www.embratur.gov.br >. Acesso em: 25 de maio 2007).

NUNES, Débora. A Construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. **Bahia Análises & Dados**, Salvador, SEI v.12, n.1, p.59-76, jun. 2002.

SEBRAE. **Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em APL**. Monografia, 2005, p.12.
Disponível em: www.biblioteca.sebrae.com.br. Acesso em: 15 de maio 2007.